

Dinheiro da Vale estabilizou dívida

Privatizações são insuficientes para conter o crescimento do endividamento público

Ivanir José Bortot
de Brasília

O governo conseguiu estabilizar o crescimento da dívida líquida do setor público entre abril e maio, com o uso de metade dos recursos da venda da Companhia Vale do Rio Doce para abater a dívida mobiliária federal. Mas ainda é muito cedo para que se faça uma projeção segura de controle do déficit fiscal. A dívida líquida da União, estados, municípios e empresas estatais caiu de R\$ 282,7 bilhões em abril para R\$ 281,8 bilhões em maio, o melhor desempenho deste o início deste ano.

A utilização dos recursos da privatização no abatimento da dívida mobiliária federal ajudará a evitar uma explosão do endividamento líquido do setor público, mas talvez seja insuficiente para evitar seu crescimento. Um estudo interno feito pelo Banco Central indica que o reconhecimento de diversos esqueletos, dívidas passadas de responsabilidade da União, dos estados, municípios e empresas estatais, deverá elevar a dívida líquida de 34,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para cerca de 36%.

A incorporação dos esqueletos ao estoque total ajudaria elevar a dívida líquida do setor público, mas não estaria provocando impacto fiscal, de acordo com o chefe do departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes. As dívidas – como a do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS) e outros esqueletos – já existem há algum tempo e seus efeitos sobre o déficit público foram registrados. “É coisa do passado. Não há impacto no fluxo fiscal atual”, diz Lopes.

O Diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Lopes, acredita que a partir da determinação feita pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de que todas as receitas de privatizações devem ser usadas para abater a dívida interna, haverá ganhos cada vez maiores no lado fiscal.

“Só devemos usar os recursos para abater a dívida interna federal. Precisamos reduzir a dívida mobiliária para pagar menos juros. Com o ganho fiscal podemos, depois, gastar mais na área fiscal sem impactos inflacionários”, afirma Lopes.

A utilização de R\$ 1,55 bilhão da privatização da Companhia Vale do Rio Doce ajudou, a partir de maio, a reduzir a dívida mobiliária federal,

mas teve um efeito pequeno sobre os juros que vem sendo pagos pela União. A equipe econômica pensava utilizar todos os R\$ 3,2 bilhões da venda da mineradora para abater a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que está em torno de R\$ 120 bilhões.

Uma parcela dos recursos acabaram sendo usados para reduzir dívidas do Tesouro com FCVS que estavam em poder do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O dinheiro foi usado na formação de uma linha de crédito para financiar a infra-estrutura. A dívida líquida vai cair, só que a parcela relativa aos recursos aplicados no abatimento da dívida do FCVS não trará benefícios fiscais.

Todos os recursos das privatizações e os das concessões dos serviços da Banda B da telefonia móvel celular serão usados para abater a dívida mobiliária federal. Lopes acredita que se os recursos forem usados para conceder crédito ao setor privado podem ajudar a reduzir a dívida líquida. “Agora se o dinheiro por empréstado para Alagoas estaremos gerando mais déficit fiscal e não é o que desejamos”, diz ele.

A equipe econômica quer reduzir as despesas com juros da rolagem da dívida para que seja possível reduzir o déficit operacional. O desem-

bolso com juros reais nos seis primeiros meses deste ano atingiram R\$ 6,38 bilhões, 41% maior do que o desembolso feito no mesmo período do ano passado. A taxa de juros caiu neste período, mas o estoque da dívida mobiliária de responsabilidade do Tesouro Nacional – que era de R\$ 100,8 bilhões em junho de 1996 – passou para R\$ 120,7 bilhões.

O Banco Central tem dificuldades para reduzir as taxas de juros, o que seria uma alternativa para aliviar a carga dos encargos financeiros e o déficit operacional, devido ao desequilíbrio na conta de transações correntes. Caso os juros internos sofressem uma nova queda, a rentabilidade do cupom cambial cairia, causando desestímulo ao investidor estrangeiro, que está recebendo liquidamente em torno de 8% ao ano pelos recursos que vem aplicando no Brasil. Hoje as aplicações no mercado financeiro dos Estados Unidos rende pouca coisa abaixo, mas não têm os riscos do Brasil.

A única alternativa que a equipe econômica tem hoje é um controle efetivo dos gastos públicos, como pessoal e custeio e a utilização dos recursos da privatização para abati-

mento da dívida mobiliária. A firmeza na condução deste objetivo está dentro de uma estratégia de passar ao investidor estrangeiro uma visão de que os fundamentos da estabilização e do controle de inflação estão corretos.

“Não é possível acabar com a inflação se não tivermos uma solução da questão fiscal”, diz Francisco Lopes. Ele acredita que a recuperação no lado fiscal ajuda a melhorar as contas externas e, ao mesmo tempo, elimina eventuais distorções criadas com a valorização do real diante de outras moedas.

“Vamos fazer uma inflação me-

nor que a desvalorização cambial. Minha aposta é que qualquer que seja a desvalorização nominal do câmbio, a inflação ficará abaixo”, afirma Lopes. O ganho real no câmbio ajudará a estimular as exportações e reduzir as importações. O efeito é uma melhora na balança comercial e, com isso, haverá mais espaços para administrar o déficit da conta de transações correntes. Lopes acredita que poderá ocorrer, ainda com esta política, uma redução das despesas com viagens internacionais e cartões de crédito usados no exterior, que vêm ajudando a aumentar o déficit de transações correntes.



Francisco Lopes